

HISTÓRIA DAS MULHERES NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS ABORDAGENS DO LIVRO DIDÁTICO

Angela Ribeiro Ferreira¹

Luis Fernando Cerri - Orientador²

O presente texto apresenta algumas reflexões realizadas dentro da pesquisa de mestrado em Educação na UEPG. O principal objetivo dessa pesquisa é analisar as representações sobre as mulheres, suas histórias e seus papéis sociais tais como aparecem em livros didáticos de história utilizados nas escolas públicas do país. Parte-se do pressuposto que essas representações são alimentadas, entre outros elementos, a partir do conhecimento histórico produzido no Brasil na década de 1990 sobre as mulheres. Objetiva-se, ainda identificar as características desse trabalho de mediação didática, quando ocorre. Esse texto constrói-se a partir da análise de alguns livros didáticos de sexta e oitava séries, que foram utilizados até 2004 em escolas públicas: *Nova História Crítica* de Mário Schimidt, Editora Nova Geração, 1999; *História e Vida Integrada* de Nelson Piletti e Claudino Piletti, Editora Ática, 2002; *História* de José Roberto Martins Ferreira, Editora FTD, 1999.

Para atender às especificações postas para esse texto, foram escolhidos dois períodos da história do Brasil, comuns a todos os livros. O primeiro sobre a “Escravidão no Brasil” e o segundo sobre a “Era Vargas” (1930-1945). A escolha não foi aleatória, mas deve-se ao fato de serem períodos que despertam a possibilidade de discutir temas que estão dentro das preocupações atuais da educação. No ensino da cultura afro, que está previsto em lei, é possível analisar como o livro está abordando a mulher negra, o papel desempenhado por ela na colônia. Dentro da

história das mulheres no Brasil, a década de 1930-40 representa um período de agitação do movimento feminista, discussões calorosas na imprensa sobre a emancipação da mulher e o voto feminino, temas estes pesquisados na historiografia brasileira recente, seja através de biografias, história do movimento feminista, seja ainda na história da educação para moças. São dois momentos históricos privilegiados para a discussão de questões sobre a história das mulheres.

Este trabalho está fundamentado em três pressupostos. O primeiro é a trajetória percorrida para a incorporação das mulheres nos estudos históricos, os teóricos que influenciaram e os temas pesquisados. Em seguida a questão da produção, circulação e utilização social do conhecimento; neste ponto está presente a discussão sobre mediação didática e as demandas sociais de orientação no tempo atendidas, em parte, pelo conhecimento sobre as mulheres e sua história. Por fim, a questão do conhecimento acadêmico e a relação com o conhecimento escolar, tendo os livros didáticos como veículo e documento privilegiado da mediação entre esses dois conhecimentos.

A história tradicional cedeu progressivamente espaço a novas abordagens e objetos, contexto no qual se insere a história das mulheres. Importante também para o pensamento marxista, é efetivamente com a Nova História francesa, sobretudo nos anos 60, que a história das mulheres começa a ganhar corpo. Esse movimento, obviamente, não ocorre isolado da forte retomada do movimento feminista, agora no contexto dos "novos movimentos sociais" ³ que marcaram as várias revoluções comportamentais da década. Com a Nova História várias temáticas “como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo (...), a feminilidade” ⁴ passaram a ser vistas como possíveis objetos da história e as mulheres encaradas como sendo também sujeitos da história.

É nessa proposta geral de uma “nova história” que se podem incluir as concepções de História presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que prevêem um ensino de história diferente dos “métodos tradicionais” e essas mudanças em parte decorrem da ansiedade em diminuir distâncias entre o que é ensinado na escola fundamental e a produção acadêmica, ou seja, entre o saber histórico escolar e as pesquisas e reflexões que acontecem no nível do conhecimento acadêmico. No foco de interesse dessa pesquisa, esse quadro de incentivo a mudanças está ligado à preocupação de articular o trabalho da História na escola com discussões político-sociais e estudos acadêmicos que tematizam a mulher.

Essa preocupação está presente em Rüsen quando diz que a apresentação historiográfica dos resultados de pesquisa constitui uma transposição, no entanto, regra geral, ela não é didática, ou seja, intencionalmente redigida para ensinar história mediante os processos de aprendizagem que formam a consciência histórica. (p. 50, 2001).⁵

Em alguns momentos da história da educação brasileira algumas políticas públicas rompem com os vínculos diretos entre o que se ensina na escola e a produção histórica específica, estimulando a formação de docentes para reproduzir um saber desvinculado das discussões acadêmicas, voltado prioritariamente para a legitimação de situações político-sociais que dependem da passividade ou adesão acrítica dos cidadãos. Apesar desses momentos de predominância oligárquica e / ou ditatorial, permanecem as lutas de professores / historiadores para aproximarem o ensino de História das questões, das abordagens e dos temas desenvolvidos pela pesquisa teórica e científica, que tem uma dinâmica de sintonia – ainda que não imediata ou desprovida de problemas - com demandas sociais.

Os Parâmetros, como as demais estruturas curriculares em História no passado, propõem que se deve ensinar uma História que forme cidadãos, sujeitos políticos ativos na sociedade. Mas será que a História que está sendo ensinada e as políticas de escolha dos conteúdos permitem essa construção da cidadania? Para formar um cidadão, um indivíduo com plena consciência histórica e social, que entenda e perceba a si próprio como sujeito histórico, é imperativo, além de um ensino de História que inclua todas as pessoas como sujeitos históricos, que se faça também uma reflexão sobre como, historicamente, essas subjetividades se constituíram.

Como democratizar a sociedade, colocando em pauta a questão dos direitos das mulheres, formar cidadãs que tenham consciência do seu papel na sociedade, se na escola ela sempre estudou uma “história masculina”, na qual os sujeitos são sempre homens? As mulheres nunca se viram como sujeito na História ensinada; já dizia Simone de Beauvoir, numa frase da década de 1950, bastante citada nos estudos sobre esse tema, que a mulher não nasce mulher, mas torna-se mulher conhecendo a sua história.

A educação escolar antigamente era apenas para a elite da população e para tanto os conteúdos das disciplinas deveriam atender à formação dessa elite, com exaltação de heróis, a idéia de “pobres bandoleiros”, e de que só uma pessoa rica e estudada pode chegar ao poder, governar. No entanto, a educação se universalizou, as classes populares passaram a ter acesso a escola e começaram a ser formadas a partir dos mesmos moldes desenvolvidos para educar a elite, isso não poderia, realmente, dar certo. Para formar o “povo” é necessário incluí-lo na história e não educá-lo numa escola que reforça e legitima a sua exclusão da história. As pessoas

precisam estudar uma história que as faça perceber-se parte do todo e não um mero figurante no processo histórico.⁶

Para o estudo dessa problemática, parte-se do pressuposto da mediação didática entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar. Sabe-se que não ocorre apenas uma simplificação do saber produzido, mas, sobretudo uma reformulação do saber para atender aos objetivos que o ensino de história, na educação fundamental, se propõe.

Partindo da idéia compartilhada por Rüsen, de que a história surge de indagações feitas no presente (necessidades individuais e sociais de orientação temporal) parte-se para outra idéia, o conhecimento produzido voltando para a sociedade, para as necessidades sociais de conhecimento, nesse caso sobre a condição feminina.

Considera-se, neste trabalho, que a análise do livro didático tem que partir da idéia de que os conteúdos propostos têm que ser capazes de garantir a formação da consciência histórica, e não analisar se o livro traz este ou outro assunto. Entretanto, quando o assunto em foco é central para a formação da identidade, da cidadania e da consciência histórica dos estudantes, então a busca e análise sobre a presença e a qualidade da abordagem de um determinado tema é justificada. Entre esse tipo de tema está, sem dúvida, a história das mulheres.

Visando entender um pouco melhor essas formas de tratar o tema, vejamos como são abordados nos livros. No primeiro tema, escravidão, o livro *História e Vida Integrada*, trata, nos capítulos quinze e dezesseis, do porque da vinda dos negros para o Brasil, como era feito o tráfico, de onde vinham, o cotidiano de trabalho, os castigos, os conflitos culturais, as fugas como forma de resistência. No decorrer do capítulo faz referência a mulheres para explicar a sociedade patriarcal brasileira.

Mas em nenhum momento aborda os movimentos de revoltas e resistência à escravidão, as crenças, os papéis desempenhados pelas mulheres como parteiras, curandeiras, feiticeiras, a forma como a Igreja e a família reprimiam a sexualidade feminina associando-a a manifestações do demônio.

O livro *História*, nos capítulos quinze e dezesseis, também só faz referência a mulheres quando explica a sociedade patriarcal. E *Nova História Crítica*, nos capítulos treze e quatorze, além dos temas tradicionais, no item “violência para controlar os escravos” trata sobre os abusos sexuais cometidos por senhores contra as escravas, os castigos encomendados pelas senhoras traídas, - cortar orelhas, mamilos, quebrar dentes. Nota-se que não há preocupação em ocultar ou secundarizar esse dado extremamente significativo da violência inter-racial do período; percebe-se, nisso, uma preocupação de ajudar a erodir o mito da escravidão leniente na História do Brasil. Entretanto, não se avança ainda para a consideração das mulheres negras como sujeitos da História.

O segundo tema Era Vargas, no livro *Nova História Crítica*, o período escolhido para análise aparece no capítulo nove sob o título: A Era do Populismo. As mulheres só não foram ignoradas por completo no capítulo, porque em três momentos (embora em textos complementares, definidos por cores diferentes e separados do corpo do texto principal por um quadro) figuram três mulheres conhecidas da época e associadas em sua história a um homem. É o caso da primeira mulher que aparece, Olga Benário Prestes, o texto é um resumo de sua vida, de como entrou para o partido comunista e como conheceu Luis Carlos Prestes. A foto vem com a legenda: “Olga Benário Prestes. Alemã, judia, brasileira, internacionalista”.

A segunda mulher, também conhecida por estar ao lado de um político, é Evita Perón, ela aparece numa foto ao lado do presidente argentino, o texto tem o

título de “O Getúlio argentino: Perón” faz referência à forma como Evita contribuiu para a boa imagem do governo de Perón, sendo chamada de mãe dos descamisados.

A terceira aparece na última página do capítulo, nas “reflexões críticas”, espaço de proposta de exercício. São duas imagens, uma é a capa da revista Cruzeiro com algumas mulheres na praia e a outra a foto de Pagu, com a seguinte legenda: “*a duplicidade da condição feminina dos anos 20 e 30. A mulher dona de casa desnudada na praia, consumida e consumidora, e a intelectual engajada (Pagu foi presa e torturada pela polícia getulista). Seria possível ser as duas ao mesmo tempo? E hoje? Essa separação ainda existe? Qual dos dois modelos predomina?*”. Entretanto, os exercícios que seguem as imagens não dizem respeito a elas, não provocam discussões sobre a mulher. De um modo geral, permanece o estereótipo de que “por trás de todo grande homem há uma grande mulher”, sem referência à ação coletiva das mulheres na história, como nos movimentos operários e políticos, fora da órbita estrita de uma figura masculina. Embora fosse anacrônico inventar uma autonomia feminina ampla no mundo político da época, o exemplo de Olga Benário, no mínimo, seria capaz de demonstrar uma trajetória política feminina própria, independente e anterior ao relacionamento com Prestes. A perda dessa oportunidade colabora com aquele estereótipo.

O segundo livro, *História e Vida Integrada*, trabalha a Era Vargas no capítulo seis, como no anterior, fala de vários eventos políticos. Aparecem duas fotos, a primeira tirada durante uma homenagem a Getúlio Vargas, a segunda numa condecoração de soldados, a mulher faz a entrega das medalhas, em ambas é apenas registrada a presença delas e nada mais.

A única mulher identificada, em todo o capítulo, é Olga Benário, como no outro livro, é um pequeno resumo da sua vida com uma foto onde ela estava acompanhada, segundo a legenda, de um policial. O tema é apresentado dentro de um quadro, separado do corpo do texto, a não ser por uma pequena diferença, antes do quadro os autores fazem referência a Luis Carlos Prestes e Olga Benário, falam da prisão dos dois e da morte dela na Alemanha.

Num outro quadro sobre o trabalho na Constituição de 1934, estão alguns itens que podem vir a suscitar discussões em sala de aula sobre o assunto: proibição de diferenças salariais entre os sexos na mesma função; proibições de trabalho em indústrias insalubres para menores e mulheres; e, ainda, assistência médica à gestante, descanso antes e depois do parto sem prejuízo do salário.

Após essa breve análise percebe-se que, muito pouco do que já foi produzido sobre as mulheres nesses períodos históricos, foi incluído nos textos didáticos. O pouco que aparece tem um espaço secundário. Onde estão as negras que trabalhavam no pequeno comércio, aliás, quase dominado por elas, as negras prostitutas e chefes de família? No segundo tema, onde estão as feministas da época lutando pelo direito à educação, ao trabalho e, a principal reivindicação desse momento, o voto feminino, que foi conquistado através da Constituição de 1934? Assuntos e mulheres não faltam para serem abordados e discutidos, entretanto a abordagem é secundária e, por vezes, residual. De um modo geral, o aspecto político e econômico continua sendo a principal linha de explicação e articulação do conteúdo, ainda que algumas “novidades” sejam incorporadas. Ou seja, o público, o oficial e os “grandes” nomes da história continuam com lugar assegurado, enquanto as mulheres, os pobres, as crianças, como não estão efetivamente presentes na vida pública, continuam de fora, ou, no máximo entram como parte complementar,

fora do texto principal, na maioria das vezes ganhando o status de peculiar e exótico.

Pode-se dizer que a representação de mulher apresentada é de um papel social secundário, pouco importante em relação aos eventos políticos que ocupam a maior parte dos espaços do texto didático.

No entanto, deve-se considerar que esses livros possibilitam um pequeno começo na abordagem da mulher no material didático de História, afinal os autores reconhecem a presença dessa discussão na historiografia, mesmo não escolhendo marcadamente o tema na definição dos conteúdos, apesar disso ser possível. Os textos aparecem como informação complementar, para serem vistos rapidamente, ainda que o trabalho procure estar adequado ao nível contemporâneo da discussão sobre a mulher em geral, e sobre a mulher na História, em particular.

Pode-se perceber, enfim, que a pressão política e social dos movimentos de mulheres acaba por produzir a noção “politicamente correta” ou “moderna” da necessidade de introduzir a temática feminina nos materiais didáticos. Mas a forma pela qual essa apresentação ocorre indicia que a constituição da seqüência canônica de conteúdos, com raízes no século XIX, compõe um núcleo pouco permeável de informações / conhecimentos, sobre a qual as “modernizações” acabam por gerar apêndices, e não uma transformação intrínseca ao modo de selecionar conteúdos e contar a História do Brasil.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná. E-mail: angerf@pop.com.br.

² Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, E-mail: lfcferri@uepg.br.

³ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Porto Alegre: DP&A, 1998.

⁴ BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. SP: UNESP, 1992, p. 11.

⁵ RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

⁶ FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas, SP: Papirus, 2003.